

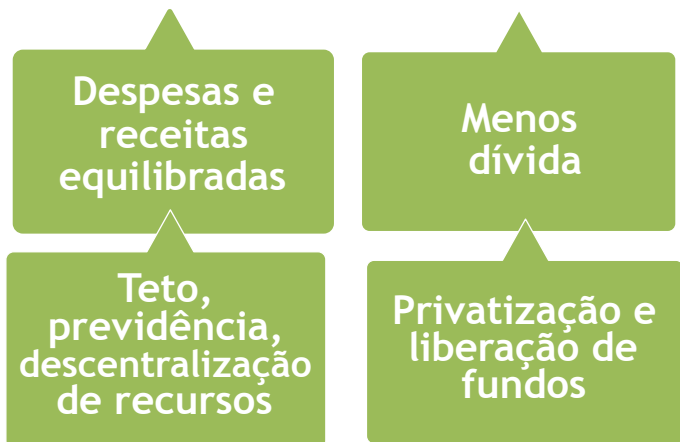
Transformação
do Estado

Plano mais Brasil



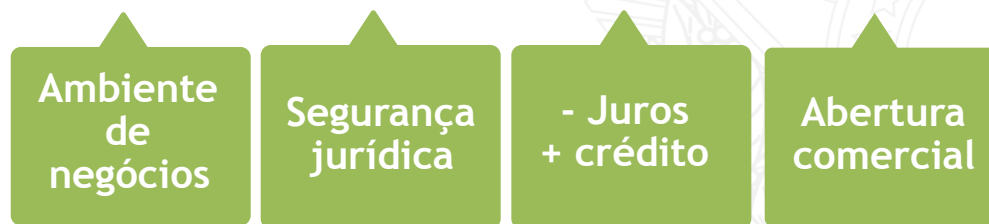
Caminho da Prosperidade

Ajuste fiscal



Mais dinheiro para investimento

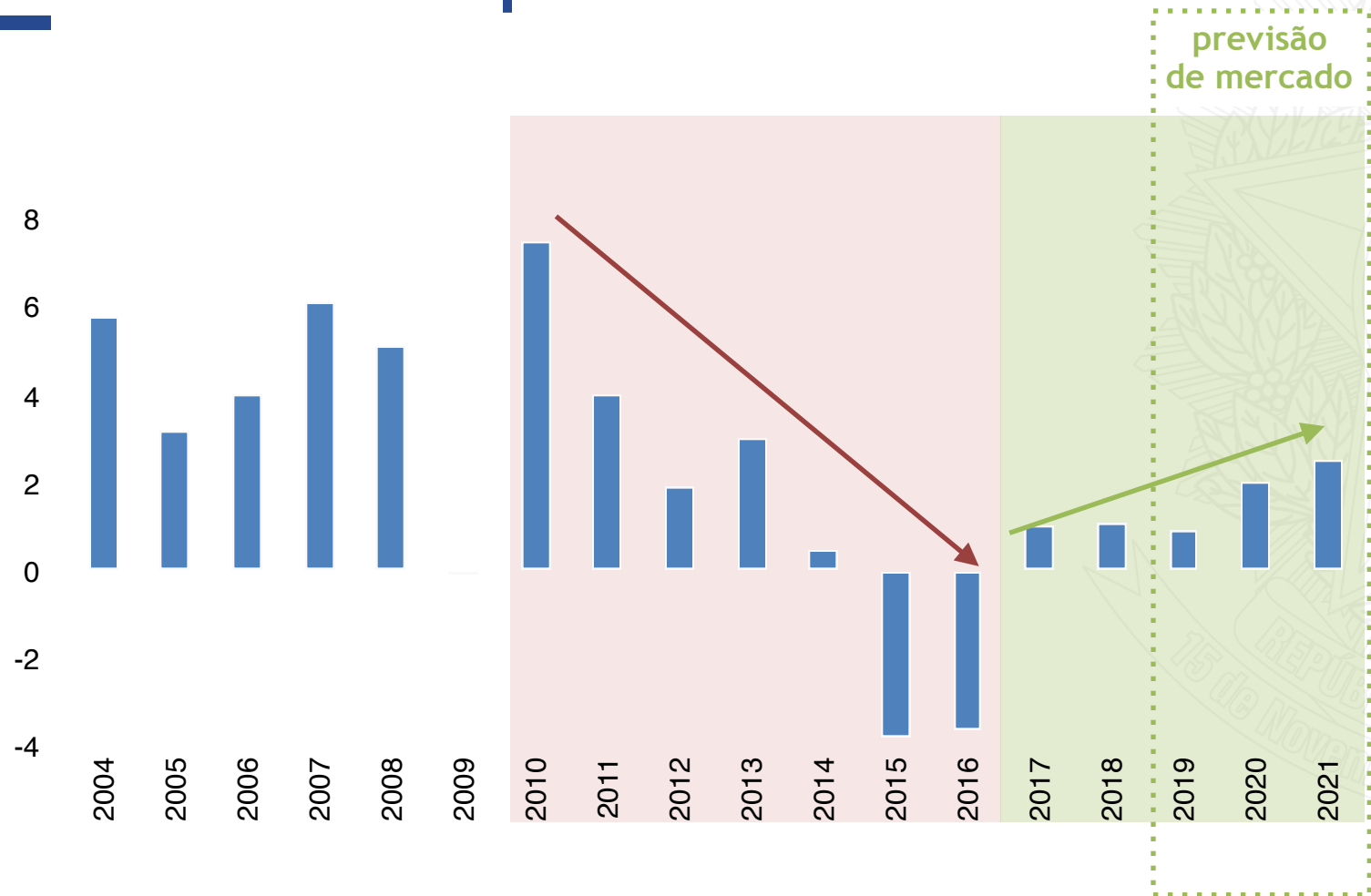
Crescimento sustentável



Mais emprego

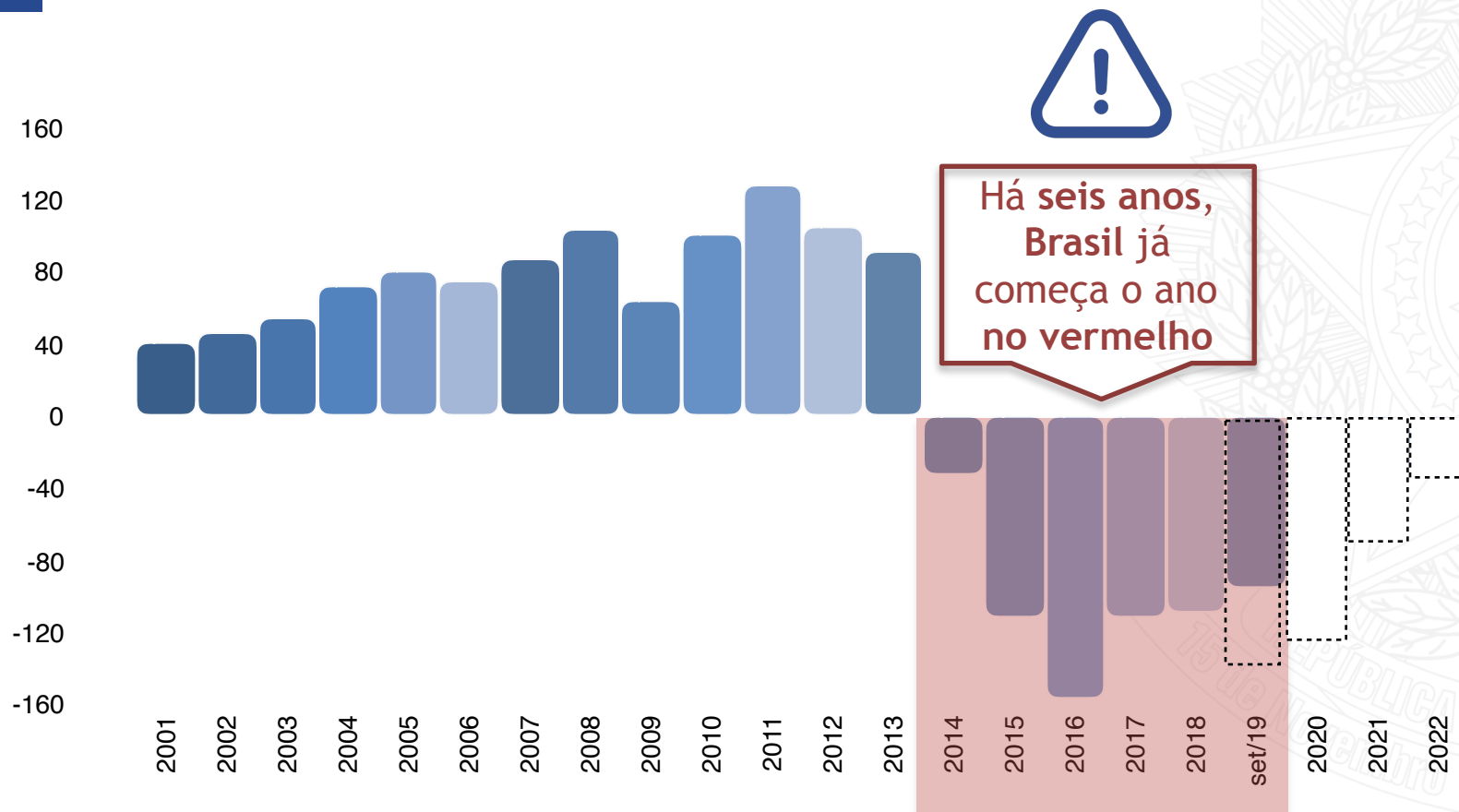


Descontrole de contas comprometeu o crescimento do país



Fonte: IBGE e Focus (BC)

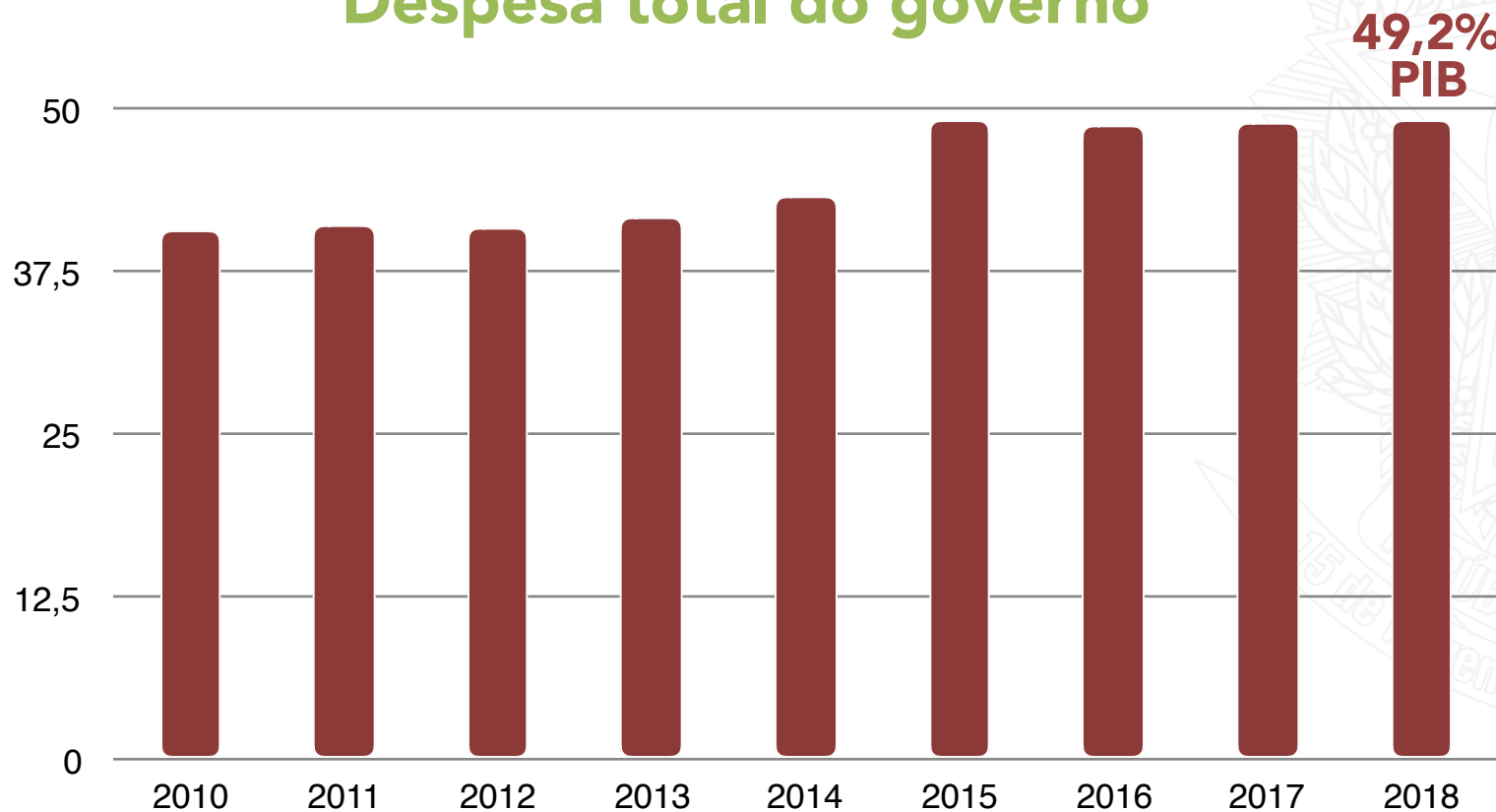
Governo gasta mais do que arrecada



Fonte: BC

Máquina que gasta muito

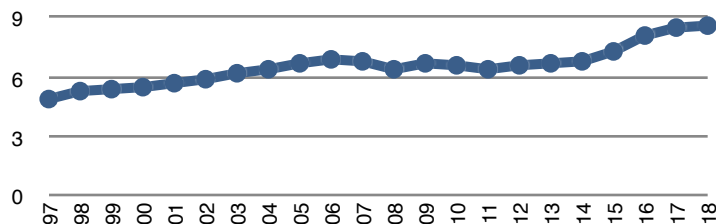
Despesa total do governo



Solução para os piores problemas

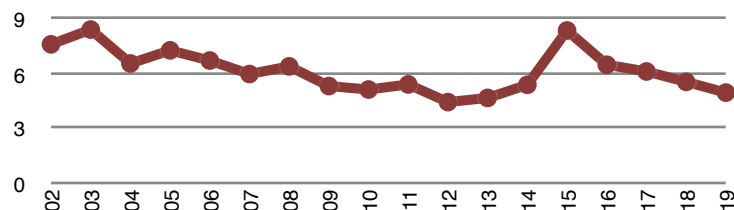
(%PIB)

Previdência



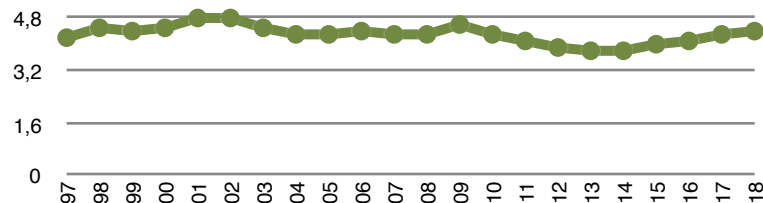
**Nova
Previdência**

Juros*



Privatizações

Pessoal



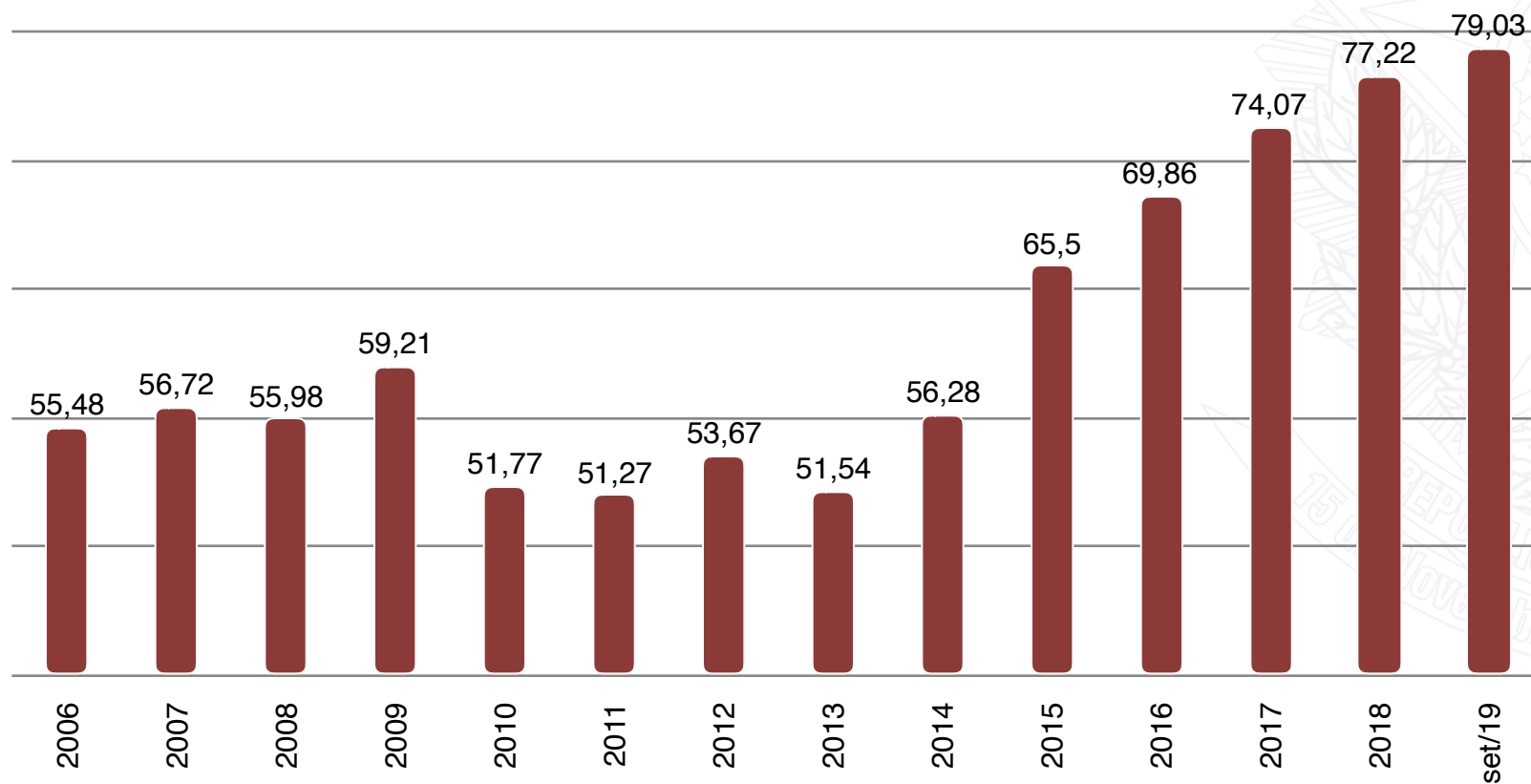
**Nova
Administração
Pública**

*Setor Público Consolidado

Dívida pública explodiu nos últimos anos

(%PIB)

R\$ 5,6 trilhões



Fonte: BCB

Cenário atual

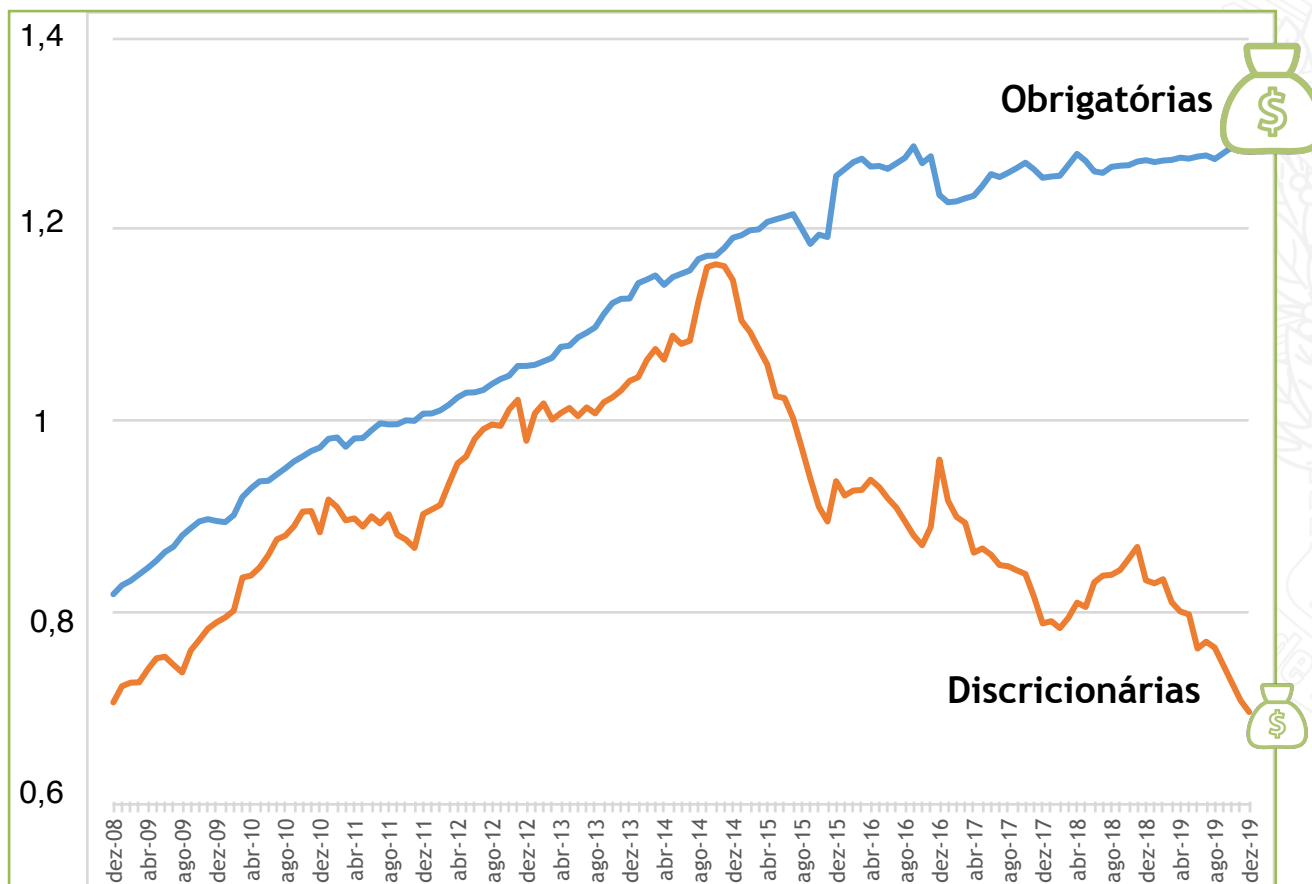
De cada **R\$ 100** do Orçamento da União:



R\$ 93
engessados em
despesas
obrigatórias

R\$ 65 para folha
de pagamento

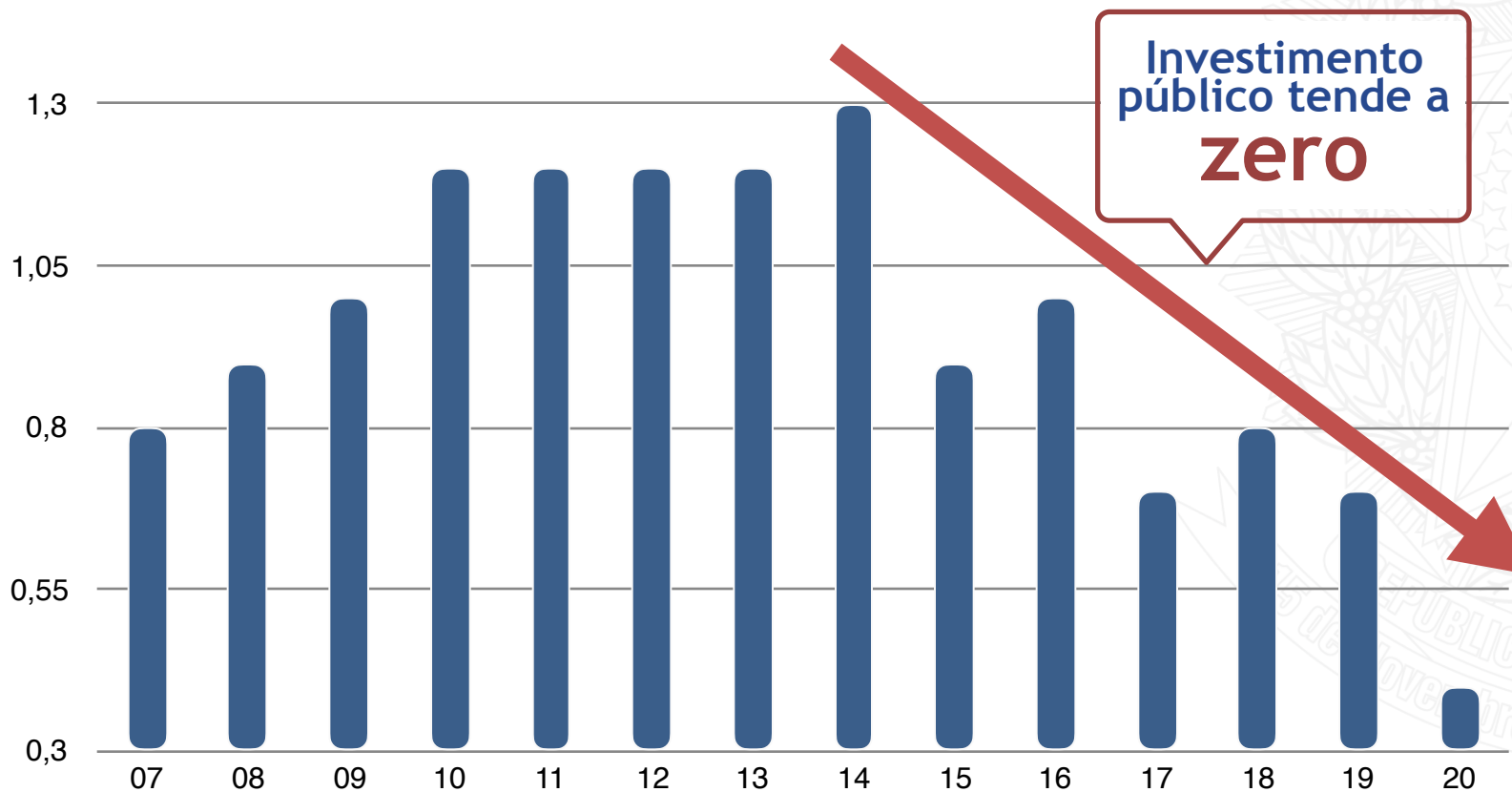
Orçamento cada vez mais engessado



R\$ trilhão
Fonte: Tesouro

Se nada for feito...

(%PIB)



Fonte: STN

Crise também nos Estados



Estados já em emergência

*Estados que têm despesa de pessoal maior do que 60% da receita corrente líquida

A Transformação do Estado

Capítulos

- ▷ 1: O Novo Marco Institucional da Ordem Fiscal e o Conselho Fiscal da República
- ▷ 2: Estado de Emergência
- ▷ 3: Plano de Fortalecimento dos Estados (Plano Mansueto)
- ▷ 4: Desvinculação de Fundos Públicos
- ▷ 5: Fortalecimento da Federação
- ▷ 6: Nova Administração Pública
- ▷ 7: Reforma Tributária
- ▷ 8: Privatizações

Plano mais Brasil

A Transformação do Estado

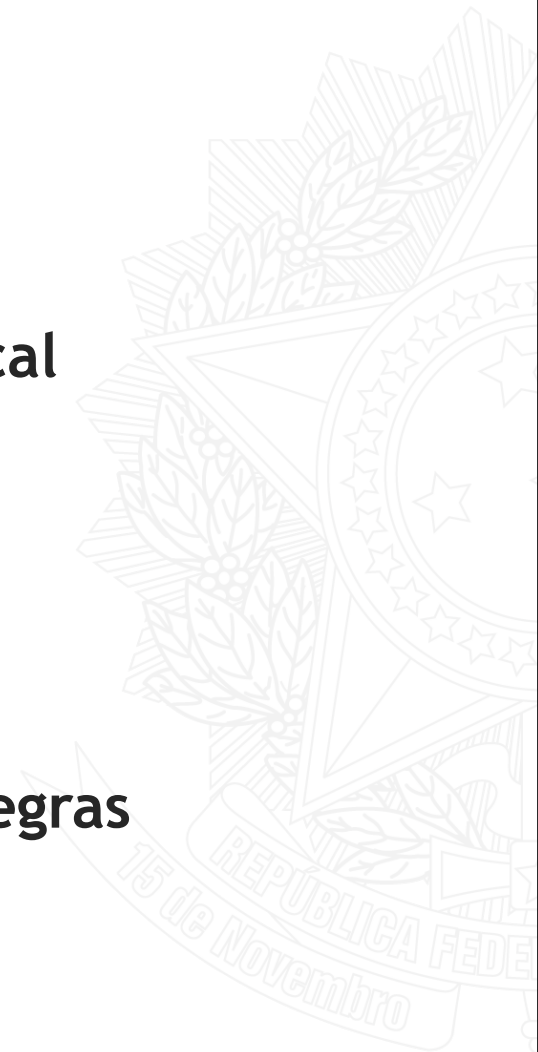
PEC Pacto Federativo



Plano Mais Brasil

Índice

- ▶ Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal
- ▶ Autonomia com Responsabilidade
- ▶ 3 Ds
- ▶ Fortalecimento da Federação
- ▶ Contas Públicas Sustentáveis - Novas Regras
- ▶ Segurança Jurídica
- ▶ Estado de Emergência Fiscal



Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal



CONSELHO FISCAL DA REPÚBLICA

Representantes do governo federal, os presidentes da República, Câmara, Senado, STF, TCU, governadores e prefeitos avaliam a **sustentabilidade** financeira da Federação e garantem fundamentos sólidos.



ORIENTAÇÃO NORMATIVA DO TCU

Uniformizar a interpretação de conceitos orçamentário-financeiros para **evitar divergências entre tribunais de contas de estados e municípios.**



ORÇAMENTO DE LONGO PRAZO

Programas e obras ganham previsão no orçamento para que os fluxos de recursos não sejam interrompidos. O PPA será extinto.



COMPROMISSO ENTRE GERAÇÕES

É direito das futuras gerações não herdar dívidas que não tenham sido feitas para investimentos.

Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal



REALISMO ORÇAMENTÁRIO

Leis e decisões judiciais que criam despesas só terão eficácia quando houver previsão no orçamento.



BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS JUSTOS

Benefícios serão reavaliados a cada 4 anos. No âmbito federal, a partir de 2026, não poderão ultrapassar 2% do PIB. Enquanto estiver acima desse teto, não pode haver concessão, ampliação ou renovação de benefício tributário.

Autonomia com Responsabilidade



DISTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA

Transferência de royalties e participações especiais a todos estados e municípios



A UNIÃO NÃO SERÁ MAIS FIADORA

Ao fortalecer as finanças regionais com repasses e com Plano de Equilíbrio Fiscal, União só dará, a partir de 2026, garantias às operações de estados e municípios com organismos internacionais.



CADA UM ASSUME SUA CONTA

Fica proibida operação de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por meio de fundo, autarquia, fundação ou estatal.



QUEM FEZ A DÍVIDA, ARCA COM ELA

Com mais recursos para o reequilíbrio de estados e municípios, a União fica proibida de socorrer entes em dificuldades fiscal-financeiras a partir de 2026.

Os 3Ds - **Desobrigar, Desindexar e Desvincular**



AUTONOMIA DOS ESTADOS

Ao fortalecer estados e DF, a União não precisará mais dar crédito para que os entes paguem precatórios.



MENOS BANCO, MAIS DESENVOLVIMENTO

A parcela do FAT destinada ao BNDES será de 14%.



INDEPENDÊNCIA DO GESTOR

Estados e municípios passam a receber toda a arrecadação do salário-educação e a definir o uso dos recursos.



LIBERDADE DENTRO DAS PRIORIDADES

Os mínimos estabelecidos para saúde e educação não serão alterados. O que será permitido é o gestor administrar conjuntamente esses limites, ou seja, poderá compensar um gasto de uma área na outra.

Os 3Ds - Desobrigar, **Desindexar** e Desvincular



SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Despesas obrigatórias serão desindexadas em casos de emergência fiscal. Estão **garantidos** os reajustes dos **benefícios previdenciários** e do **BPC** pela inflação.

Os 3Ds - Desobrigar, Desindexar e **Desvincular**



INDEPENDÊNCIA TOTAL

Receita pública não será vinculada a órgão, fundo ou despesa.



Exceções:

- Taxas;
- Doações;
- FPM;
- FPE;
- Vinculação Constitucional

Fortalecimento da Federação

UNIDOS GASTAMOS MENOS E MELHOR

Município com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total será incorporado pelo município vizinho.

MENOS É MAIS

Nova restrição na criação de municípios.

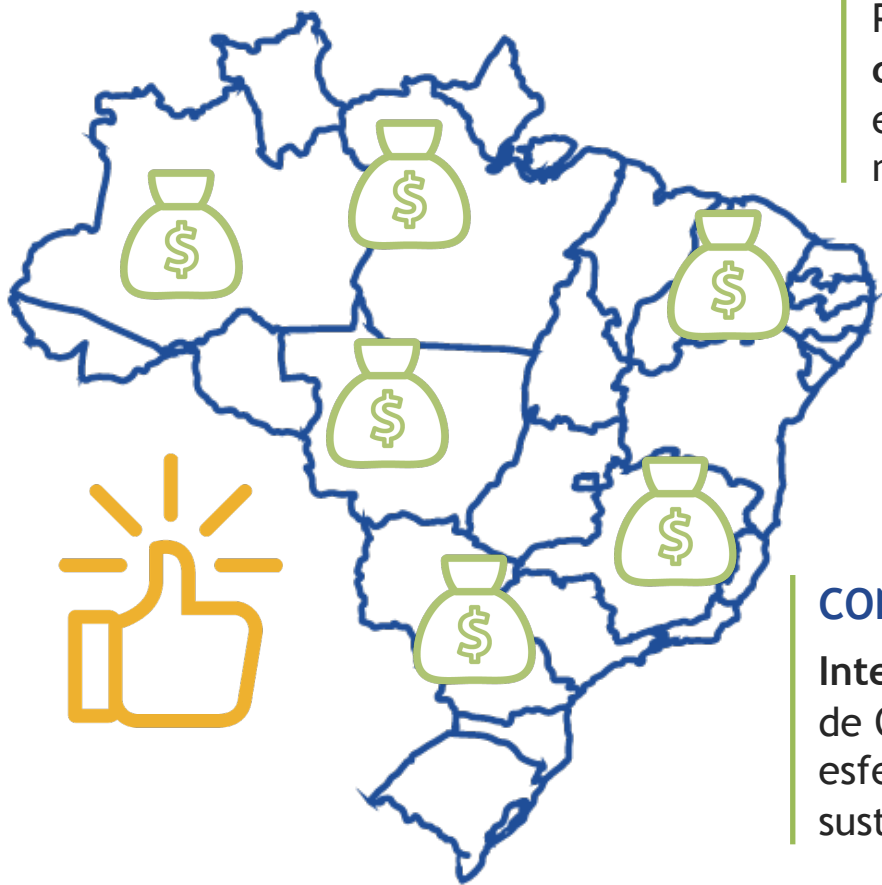


Contas Públicas Sustentáveis

Novas Regras

O RECURSO É DE TODOS

PEC melhora a gestão fiscal e permite o contingenciamento para todos os poderes estaduais e municipais, como já ocorre em nível federal.



CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

Integração das regras fiscais (LRF, Regra de Ouro e Teto de Gastos), em todas as esferas de governo, para garantir a sustentabilidade da dívida pública.



FIM DO IMPASSE DA LEI KANDIR

Com o repasse de royalties e participação especial do petróleo, União e estados encerrarão a disputa judicial sobre a Lei Kandir.



FIM DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA

Fica proibido o uso de fundos de pensão e depósitos judiciais de ações entre particulares para despesas do ente federativo.

Estado de Emergência Fiscal



União:

Quando o Congresso Nacional autorizar o desenquadramento da Regra de Ouro



Estados:

Quando a despesa corrente ultrapassar **95%** da receita corrente



Um ano de ajuste

Mecanismos automáticos serão acionados

Estado de Emergência Fiscal

Mecanismos automáticos



CONTROLE DAS CONTAS

Em emergência, União, estados e municípios não podem promover funcionários (com exceção de serviço exterior, judiciário, membros do MP, policiais, militares e que não implique em atribuição de função).



CONTROLE DAS CONTAS 2

Também ficam impedidos de dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreiras, fazer concurso ou criar verbas indenizatórias.



FREIO DE ARRUMAÇÃO

Suspende a criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários.



CONTROLE DE GASTO COM PESSOAL

Permite redução de até 25% da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos do servidor.

Plano mais Brasil

A Transformação do Estado

PEC Emergencial



A PEC está estruturada em 2 blocos



Medidas Permanentes



dão instrumentos a **estados e municípios** para ajustar as contas públicas.



Medidas Temporárias



criam condições especiais por 2 anos para **União, estados e municípios** recuperarem a saúde financeira.

Mecanismos automáticos de ajuste

	PEC do Pacto Federativo	PEC Emergencial
	São acionados para a União só após o Congresso autorizar desenquadramento da Regra de Ouro	Quando as operações de crédito superarem as despesas de capital em 1 ano
	Medidas automáticas por 1 ano, renováveis até o equilíbrio das contas públicas	Medidas automáticas por 2 anos
	Para estados e municípios, mecanismos são acionados sempre que despesa corrente exceder 95% da receita corrente (1 ano)*	
	Não pode promover funcionário (com exceções), dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreira, fazer concurso e criar verbas indenizatórias	
	Suspende criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários	
	Permite redução de 25% da jornada do servidor com adequação dos vencimentos	
	Montante economizado terá toda sua alocação definida no orçamento	25% da economia vão para projetos de infraestrutura
	Suspende repasse dos recursos do FAT ao BNDES	

Medidas Permanentes



PEC do Pacto Federativo	PEC emergencial
Os mínimos estabelecidos para saúde e educação não serão alterados. O que será permitido é o gestor administrar conjuntamente.	–
Possibilidade de adequação à Regra de Ouro poderá estar no orçamento	
Inclusão das despesas com pensionistas no limite de despesas com pessoal.	
Lei Complementar definirá indicadores, níveis sustentáveis de endividamento e a trajetória de convergência da dívida.	
Benefícios serão reavaliados a cada 4 anos. No âmbito federal, a partir de 2026, não poderão ultrapassar 2% do PIB.	
Destinação do excesso de arrecadação e do superávit financeiro à amortização da dívida pública.	



Plano mais Brasil

A Transformação do Estado

PEC dos Fundos Públicos



Situação dos Fundos Públicos



Existem
281 Fundos públicos
no Brasil

Há quase
R\$ 220 bilhões
parados em fundos
enquanto o país está
no vermelho



Alguns dos Fundos Públicos



Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento

Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC

Problemas atuais



Congresso não tem poder de decidir
como usar o dinheiro dos fundos



- **Não permite uso** em áreas em que a sociedade precisa;
- Atrapalha a gestão da dívida;
- Tira **flexibilidade dos orçamentos**;
- **Há dinheiro perdido** também em fundos de estados e municípios.

PEC dos Fundos Públicos

menos juros para a sociedade



Brasil gastou **R\$ 379 bilhões** em juros em 2018.



Essa conta já chegou a **R\$ 540 bilhões** em 12 meses (jan/16).



Dinheiro parado nos fundos podem abater juros e diminuir o esforço da sociedade para controlar a dívida.

PEC dos Fundos Públicos

Dinheiro já parado nos fundos será usado (da única maneira possível): para **pagamento da dívida pública**.

Novos recursos: serão aplicados prioritariamente nos programas de Erradicação da Pobreza e de Reconstrução Nacional.

Extinção de fundos: A maior será extinta no fim do segundo ano subsequente à aprovação da PEC.

Exigência de **lei complementar** para a criação de fundos públicos.



Dívida menor



+ Social



+ Investimento



Menos complicação

Plano mais Brasil

A Transformação do Estado

Impacto
das três
propostas



Mais investimento Menos dívida



R\$ 400 bi
da União para
estados e municípios (15 anos)



até **R\$ 50 bi**
para investimentos
em 10 anos apenas
na PEC Emergencial



R\$ 220 bi
parados em fundos para
abater juros da dívida
pública

Pavimentar o caminho para o crescimento sustentável



Brasil vai virar a página do problema fiscal e pode voltar a receber o “*investment grade*”, o chamado grau de investimento.



Expectativa de fortes fluxos de investimentos externos no setor produtivo e retomada do crescimento econômico e queda do desemprego.

Transformação
do Estado

Obrigado

